

ÍNDICE

<i>Alguns estudos do autor</i>	V
<i>Prefácio</i>	XI
Capítulo I — CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO	
1. Direito financeiro e direito tributário	1
2. Denominação do direito tributário	4
3. Direito tributário como ramo do direito público	5
4. Autonomia do direito tributário	6
4.1. Autonomia e especialização	7
4.2. Autonomia, modificação de conceitos de direito privado e interpretação do direito tributário	10
5. Relações do direito tributário com outros ramos do direito	11
Capítulo II — CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS	
1. Noção de tributo	15
2. Conceito de tributo	18
2.1. Crítica do conceito legal de tributo	19
2.2. Nossa definição de tributo	25
3. Figura tributárias	27
3.1. Rol de tributos na Constituição	28
3.2. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: o imposto	29
3.3. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: as taxas	30
3.3.1. Taxas de polícia	32
3.3.2. Taxas de serviço	33
3.3.3. Taxa e preço público	40
3.4. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: a contribuição de melhoria	46
3.5. Outras figuras tributárias	48
3.5.1. Pedágio	48
3.5.2. Empréstimo compulsório	50
3.5.3. Contribuições sociais, econômicas e corporativas	52

4. Classificação das espécies tributárias	55
4.1. Insuficiência do critério legal de especificação dos tributos	55
4.2. O problema da classificação dos empréstimos compulsórios	58
4.3. O problema da classificação das contribuições	60
4.4. Súmula da doutrina sobre classificação dos tributos	63
4.5. Classificações bipartidas e pluripartidas	66
4.6. Razão histórica para o rol assistemático das espécies tributárias	68
4.7. Classificação “financeira” e classificação “jurídica” das espécies tributárias	73
4.8. Destinação e regime jurídico do tributo	74
4.9. Nossa classificação das espécies tributárias	79
4.9.1. Impostos	80
4.9.2. Taxas	81
4.9.3. Contribuições	82
4.9.4. Empréstimos compulsórios	85
5. Outras classificações de tributos	86

Capítulo III — A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Discriminação constitucional de rendas	93
2. Classificação da competência tributária	95
3. Critérios de partilha da competência tributária	96
4. Exercício da competência tributária	99
5. Conceitos de outros ramos do direito usados na definição da competência tributária	100
5.1. O sentido léxico e a definição da competência tributária ...	102

Capítulo IV — LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

1. As limitações do poder de tributar	105
1.1. Limitações do poder de tributar em normas infraconstitucionais	108
2. Princípios e normas de limitação do poder de tributar	109
3. Princípio da legalidade tributária e tipicidade	111
3.1. Reserva de lei formal e exceções	116
4. Princípio da irretroatividade da lei tributária	117
4.1. A irretroatividade relativa das leis	117
4.2. A irretroatividade da lei tributária	118
4.3. Irretroatividade e imposto de renda	119

5. Princípio da anterioridade da lei tributária	120
5.1. Anualidade e anterioridade	120
5.2. Conteúdo do princípio da anterioridade	123
5.3. Exceções ao princípio da anterioridade	123
5.4. Anterioridade e imposto de renda	125
6. Princípio da isonomia ou igualdade tributária	132
6.1. Princípio da uniformidade	134
7. Princípio da capacidade contributiva	135
7.1. Efetivação do princípio e respeito aos direitos individuais	140
8. Princípio da vedação de tributo confiscatório	141
9. Princípio da liberdade de tráfego	143
9.1. Liberdade de tráfego e pedágio	144
10. Princípio da transparência dos impostos	144
11. Princípios e regras específicos de determinados impostos	145
12. Princípios tributários decorrentes da ordem econômica	146
13. Imunidades tributárias	147
13.1. As imunidades na seção das “Limitações do Poder de Tributar”	149
13.2. Outras imunidades no sistema tributário constitucional ...	155
13.3. Outras imunidades fora do sistema tributário constitucional	156
14. Limitações de alíquotas	157
15. Limitações quanto à base de cálculo	158

Capítulo V — FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	161
2. A Constituição Federal	162
2.1. Emendas constitucionais	162
3. Leis complementares	163
3.1. Origem e características	163
3.2. Funções da lei complementar no direito tributário	164
3.3. A eficácia de lei complementar do Código Tributário Nacional	166
4. Leis ordinárias e atos equivalentes	168
4.1. Leis ordinárias	168
4.2. Leis delegadas	168
4.3. Medidas provisórias	168
5. Tratados internacionais	172
5.1. O tratado como lei especial	173

5.2. A questão do primado dos tratados	176
5.3. Tratado e tributo estadual ou municipal	178
6. Atos do Poder Executivo Federal com força de lei material	183
7. Atos exclusivos do Poder Legislativo	183
7.1. Resoluções	183
7.2. Decretos legislativos	184
8. Convênios	184
9. Decretos regulamentares	184
10. Normas complementares	185

Capítulo VI — VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Vigência das leis	187
2. Regras gerais	188
3. Vigência no espaço	188
3.1. Leis estrangeiras	190
4. Vigência no tempo	190
4.1. Vigência e princípio da anterioridade	191
5. Aplicação da lei tributária	192
5.1. Aplicação retroativa da lei tributária	193
5.2. As chamadas leis interpretativas	193
5.3. A retroatividade benigna em matéria de infrações	195

Capítulo VII — INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA

1. Noção de interpretação e de integração	199
2. Interpretação do direito tributário	201
3. Integração do direito tributário	204
3.1. Analogia	205
3.2. Princípios gerais de direito tributário	207
3.3. Princípios gerais de direito público	208
3.4. Equidade	209
4. Princípios gerais de direito privado	211
5. Conceitos de direito privado utilizados na definição da competência tributária	213
6. Interpretação literal	215
7. Interpretação benigna	215
8. A interpretação econômica do direito tributário	217
9. Abuso de forma, abuso de direito e simulação	222

10. A dissimulação do fato gerador	230
11. A desconsideração da pessoa jurídica	232

Capítulo VIII — A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção de obrigação	235
2. Obrigação tributária	237
2.1. Natureza <i>ex lege</i> da obrigação tributária	238
2.2. Obrigação principal e obrigação acessória	239
2.2.1. Obrigação principal	239
2.2.2. O sentido da “accessoriedade” da obrigação dita acessória	241
2.3. Obrigação e fato gerador	242
2.4. Obrigação e patrimonialidade	243
2.5. Obrigações de adimplemento exigido pela lei e obrigações de adimplemento subordinado a providência do sujeito ativo	243

Capítulo IX — FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção e espécies de fato gerador	245
2. Crítica e defesa da expressão “fato gerador”	247
3. Elementos do fato gerador do tributo	252
4. Fatos geradores instantâneos, periódicos e continuados	257
5. Momento da ocorrência do fato gerador	261
5.1. Fato gerador e atos sujeitos a condição	263
6. Fato gerador, presunções e ficções	263
7. Tributação de atos ilícitos e de atos ineficazes	265
7.1. Interpretação do fato gerador	267
8. Efeito do fato gerador	268
9. Incidência, não-incidência, imunidade e isenção	269
9.1. Crítica do conceito de isenção como “exclusão do crédito tributário”	272
9.2. Regime jurídico da isenção	274
9.2.1. Revogação de isenção, incidência e anterioridade	275
9.2.2. A revogação de isenção condicional e a prazo certo	277
9.3. Classificação das isenções	278

Capítulo X — SUJEITO ATIVO E PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Sujeito ativo da obrigação tributária	281
--	-----

1.1. Competência tributária e sujeição ativa	282
1.2. Sucessão do sujeito ativo	284
1.3. Recepção da legislação de ente político desmembrado	286
2. Sujeito passivo da obrigação principal e da obrigação acessória	287
3. Contribuinte	289
3.1. Contribuinte e capacidade contributiva	290
3.2. Contribuinte como conceito jurídico-formal	291
3.3. Relação pessoal e direta do contribuinte com o fato gerador	292
4. Responsável	293
4.1. Responsável como “terceiro”	294
5. Sujeito passivo da obrigação principal e sanções pecuniárias	295
6. As técnicas de definição do sujeito passivo responsável	297
7. A responsabilidade tributária no Código Tributário Nacional	301
7.1. Limites à definição legal de responsabilidade tributária	302
7.2. Terceiro responsável e “responsabilidade” do contribuinte	303
7.3. Responsabilidade solidária	303
7.3.1. Efeitos da solidariedade	307
7.4. Responsabilidade por sucessão	309
7.5. Responsabilidade de “terceiros”	315
7.6. Responsabilidade “pessoal” de terceiros	316
8. Sujeição passiva e convenções particulares	317
9. Capacidade tributária	318
10. Domicílio tributário	320

Capítulo XI — LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

1. Nascimento da obrigação tributária e lançamento	321
2. Obrigação tributária e “crédito tributário” no Código Tributário Nacional	326
3. Conceito de lançamento	330
4. Natureza do lançamento	334
4.1. Lançamento como ato administrativo	334
4.2. Lançamento como ato vinculado	335
5. Moeda do lançamento	335
6. Lei aplicável ao lançamento	336
7. Inalterabilidade do lançamento	337
8. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento	338
9. Modalidades de lançamento	344
9.1. Lançamento por declaração	345
9.2. Lançamento e revisão de ofício	347
9.3. Lançamento por homologação	350

10. Lançamento e arbitramento	356
11. Efeitos do lançamento	357
12. Suspensão, extinção e “exclusão” do crédito tributário	359

Capítulo XII — SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Obrigação tributária e exigibilidade	361
1.1. Suspensão da exigibilidade	362
2. Moratória e parcelamento	365
3. Depósito do crédito tributário	367
4. Reclamações e recursos administrativos	368
5. Liminar e tutela antecipada	369

Capítulo XIII — EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Extinção da obrigação e extinção do crédito tributário	371
2. Extinção da obrigação acessória	373
3. Rol de causas extintivas do “crédito tributário” no Código Tributário Nacional	373
4. Pagamento	377
5. Consignação em pagamento	379
6. Decadência e prescrição	381
6.1. O problema dos prazos extintivos no Código Civil	382
6.2. Prescrição e decadência no direito civil	384
6.3. Prazos extintivos no direito tributário	386
6.4. Decadência do direito de lançar	391
6.4.1. O prazo decadencial no lançamento por homologação	394
6.5. Prescrição da ação de cobrança	398
6.6. Prescrição e lançamento por homologação	402
6.7. Interrupção da prescrição	402

Capítulo XIV — REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO

1. Pagamento indevido e restituição de indébito	403
2. O direito à restituição do indébito	404
2.1. Desnecessidade de prova do erro no pagamento	405
3. Hipóteses de restituição	406
4. Restituição de tributos indiretos	408
5. Restituição de juros e penalidades	410
6. Prazos extintivos	411
7. Restituição e compensação	412

Capítulo XV — INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Infrações tributárias e sanções	415
2. Sanções criminais e administrativas	416
2.1. As “classificações” do direito penal	419
2.2. “Direito penal tributário” e “direito tributário penal”	420
2.3. Princípios comuns às sanções administrativas e penais	422
2.4. Objetivos comuns das sanções administrativas e penais	423
3. Infrações tributárias no Código Tributário Nacional	424
4. A figura do infrator no Código Tributário Nacional	425
5. Responsabilidade por infrações tributárias e intencionalidade ..	428
6. Responsabilidade por infrações e dano	430
7. Responsabilidade pessoal do agente	430
7.1. Ilícitos criminais	432
7.2. Infrações de dolo específico	432
7.3. Ilícitos civis contra terceiros	433
8. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infra- ções	434
8.1. Espontaneidade e investigação fiscal	435
8.2. Forma da denúncia	436
8.3. Denúncia espontânea e multa de mora	437
9. Anistia	438
9.1. Anistia e isenção	439
9.2. Anistia e remissão	439
9.3. Anistia e obrigações acessórias	440
9.4. Retrospectividade da anistia e isonomia	441
9.5. Anistia fiscal e dolo	441
9.6. Forma e formalidades da anistia	443
10. Crimes tributários	445
10.1. Crime fiscal e prisão por dívida	445
10.2. Histórico dos crimes fiscais	446
10.3. Crimes contra a ordem tributária	448
10.4. Depositário infiel	449
10.5. Pagamento do tributo e exclusão da punibilidade	450
10.6. Denúncia espontânea e exclusão da punibilidade	450

Capítulo XVI — GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	451
2. Responsabilidade patrimonial pelo crédito tributário	453

3. Presunção de fraude	454
4. Preferências do crédito tributário	456
5. Prova de quitação de tributos	457

Capítulo XVII — ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Poderes das autoridades fiscais	459
1.1. Acesso a informações de interesse fiscal	460
1.2. Procedimento de fiscalização	462
1.3. Prestação de informações e sigilo fiscal	462
1.3.1. Oposição do dever de sigilo ao Fisco	463
1.3.2. Dever de sigilo do Fisco	463
2. Dívida ativa	464
3. Certidões negativas	465

<i>Bibliografia</i>	467
---------------------------	-----